

**Política social, famílias e gênero – temas em discussão<sup>1</sup>**

*Social policy, family and gender - issues under discussion*

Rita de Cássia Santos FREITAS<sup>2</sup>

Cenira Duarte BRAGA<sup>3</sup>

Nívia Valença BARROS<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir acerca da relação entre políticas sociais no contexto atual de famílias pobres brasileiras – local onde as mulheres, por conta das relações de gênero, aparecem como as principais protagonistas. Essa análise se faz necessária na medida em que a matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais traz de volta a discussão sobre a família. No Brasil, essa é uma realidade que tem colocado em situação de vulnerabilidade um grande número de famílias. Pretendemos refletir, nesse espaço, as relações entre política social, famílias e as relações de gênero.

**Palavras-chaves:** Famílias. Proteção social. Políticas sociais.

**Abstract:** This article aims to reflect on the relationship between social policies and in the current context of poor Brazilian families – where women, because of a gender relationship, appears as the main protagonists. This analysis is necessary to the extent that the “matricialidade” social-family social policies bring back the discussion about the family. In Brazil, this is a reality that is placed in a vulnerable situation a large number of families. We intend to reflect, in this space, the relationships between social, family and gender relations.

**Keyword:** Families. Social security. Social policy.

Submetido em: 29/08/2012

Aceito em: 25/09/2012

---

<sup>1</sup>A primeira versão deste texto foi apresentada no VII Encontro Nacional de Política Social, realizado em Vitória (ES), 2012.

<sup>2</sup>Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) Professora associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). E-mail: <ritafreitas@uol.com.br>.

<sup>3</sup>Especialização em Metodologia de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). Professora Auxiliar de Ensino da Universidade Federal Fluminense. E-mail: <ritafreitas@uol.com.br>.

<sup>4</sup>Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO, Brasil). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil) Email: <barros.nivia@gmail.com>.

## Introdução

O que aconteceria se uma mulher despertasse uma manhã transformada em homem? E se a família não fosse o campo de treinamento onde o menino aprende a mandar e a menina a obedecer? E se houvesse creches? E se o marido participasse da limpeza e da cozinha? E se a inocência se fizesse dignidade? E se a razão e a emoção andassem de braços dados? E se os pregadores e os jornais dissessem a verdade? E se ninguém fosse propriedade de ninguém? (GALEANO, 2007).

Quando começamos a pensar neste texto, nos veio à mente essa fala de Eduardo Galeano, na qual o autor se pergunta acerca da vida de Charlotte Gilman, escritora norte-americana: poderia a vida – de mulheres e homens – ser diferente? As relações de gênero nos aprisionam em papéis familiares, e como é difícil escapar desse "destino". A construção do gênero e o estabelecimento de modelos familiares é uma constante em nossas sociedades. Se hoje assistimos a grandes – e efetivas – transformações no mundo público e privado, também percebemos algumas persistências; afinal, como já dizia Ginzburg (1987), da cultura de nosso tempo e de nossa classe não é fácil escapar<sup>5</sup>.

Este escrito parte do pressuposto de que é fundamental analisar as políticas públicas sociais atuais em estreita vincula-

---

<sup>5</sup> Partilhamos aqui da compreensão de Geertz acerca da cultura como uma imensa rede de significados que envolve a todos, uma rede onde conseguimos nos mover com relativa autonomia, mas que também interfere em nossos valores, ações e artefatos. Cf. Geertz (1997).

ção com a família, especialmente as famílias pobres, tidas como foco prioritário dos Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família (PBF). Uma pesquisa mais aprofundada sobre a relação entre os mecanismos de proteção social e família<sup>6</sup> faz-se necessária à medida que a matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais faz retornar ao centro do debate a discussão sobre a família, que por muito tempo ficou esquecida nos espaços acadêmicos e políticos – especialmente no âmbito do serviço social. Esse texto não tem a pretensão de sanar essa lacuna, mas pode ser entendido como mais um esforço de estudos na temática.

Assim, temos como objetivo refletir acerca da relação entre políticas sociais (especialmente, os programas de transferência de renda) no contexto atual e famílias pobres brasileiras – local onde as mulheres, por conta das relações de gênero, aparecem como as principais protagonistas. Nosso texto se propõe a pensar a relação proteção social/famílias/gênero como um dos desafios fundamentais para a construção de políticas – e práticas – sociais de proteção a esses sujeitos. Tal análise se dá a partir das discussões ocorridas no interior de nossos grupos de estudos, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado e doutorado acerca do assunto. Não apresentaremos aqui uma pesquisa e sim apontamentos surgidos a

---

<sup>6</sup> Estudos como os de Miotto (2010) e Pereira (2004) comprovam a atualidade dessa temática.

partir de vários estudos protagonizados pelos pesquisadores de nosso núcleo<sup>7</sup>.

Falar em família é tocar num tema latente da esfera privada, uma vez que a família ainda é um dos principais mecanismos de sobrevivência e proteção de muitas pessoas (doentes, inválidos, filhos pequenos, idosos, viúvas, desempregados e pobres). Significa pensar, igualmente, no papel que as mulheres desempenham dentro dela, principalmente nas camadas mais empobrecidas, nas quais permanecem como principais responsáveis pelo cuidado, proteção e educação do grupo familiar, na ausência de um poder público que promova o bem-estar social.

Costa (1995, p. 99) reconhece o sistema de proteção social como “[...] uma regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos”. Este tipo de definição abre espaço para pensar a proteção social não apenas enquanto constituição dos sistemas protecionistas modernos, mas também como uma regularidade histórica que dá visibilidade às práticas de proteção existentes no âmbito das famílias e grupos de convívio, na esfera privada. Isso nos faz inferir que algum tipo de proteção social, seja ele simples ou complexo, foi desenvolvido nas diversas sociedades nos distintos tempos históricos. Dessa forma, entendemos a proteção social enquanto mecanismos construídos historicamente de garantia de um bem-

estar mínimo e proteção, promovidos 1) por estruturas formais – institucionalizadas pelos serviços e políticas sociais do Estado que surgem para dar conta de um conjunto de questões sociais (como doença, velhice, abandono, invalidez, entre outras) – e 2) informais – através da família e vizinhança. A solidez – ou não – dessas estruturas é que vai contribuir para a sobrevivência, proteção, integração e solidariedade de grupos sociais.

Esta concepção de proteção social abre espaço para tornar públicos espaços de sobrevivência, que serviram e ainda servem de cuidado na vida de muitas sociedades, fundamentais principalmente para os pobres. Serve também para ponderar o papel que a família vai ter na promoção cotidiana de bem-estar e estratégias de sobrevivência<sup>8</sup>. Assim, iniciamos o texto problematizando políticas sociais, famílias e gênero para em seguida, refletir acerca de alguns estudos, onde buscamos ouvir as mulheres, beneficiárias do PBF. Nosso interesse neste texto não é discutir o PBF, mas perceber o modo como este programa se insere no cotidiano das mulheres e que como este rebate nas relações de gênero<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (N-PHPS/CRD) pertencente à Universidade Federal Fluminense – UFF.

---

<sup>8</sup> Não podemos desenvolver esse debate aqui com a profundidade que merece. Cf., nesse sentido, Castel (1998), Costa (1995), Mesquita (2011), entre outros.

<sup>9</sup> É importante destacar ainda que os trabalhos aqui analisados utilizaram em sua grande maioria a metodologia da história oral. E todas, igualmente, utilizaram o termo de consentimento livre e esclarecido, devidamente assinado por suas informantes.

## **Políticas sociais, transferência de renda e famílias – uma questão de gênero**

Os últimos anos do século XX foram marcados pelo aumento dos gastos públicos, no que se refere às políticas de proteção social, e dos mecanismos de redistribuição. O período caracterizou-se pelo baixo crescimento econômico dos estados capitalistas desenvolvidos ou em desenvolvimento, alto índice de desemprego, precarização das relações e direitos trabalhistas, bem como aumento do número de pessoas que viviam em situação de indigência e miséria. É nesse contexto que floresceu o debate sobre as novas expressões da questão social<sup>10</sup>, tendo surgido, no contexto internacional, novas formas de sociabilidade via programas sociais marcados pelas ideias da centralização, privatização e focalização, como é o caso dos Programas de Transferência de Renda.

Nos chamam a atenção o papel e o impacto que as políticas de transferência de renda passaram a ter nos índices de pobreza e extrema pobreza em nosso país, pois estas assumiram um papel essencial no sistema de proteção social brasileiro nos últimos anos<sup>11</sup>. O que queremos resgatar é que dentro de uma conjuntura

onde a pobreza torna-se uma preocupação central, diferentes interesses se articulam e surgem, nos anos 1990, os Programas de Transferência de Renda, cujo foco é exatamente o combate à pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF) tem o objetivo específico de combater a fome e a miséria no Brasil – sendo, hoje, o principal programa do governo de prevenção da pobreza. Seu pressuposto central é o da transferência monetária direta, com a articulação entre as políticas de Assistência, Saúde e Educação para gerar aumento das condições de saúde, da escolaridade, evitar o trabalho infantil, entre outras.

A matricialidade sociofamiliar<sup>12</sup> é justificada pelo argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior po-

---

<sup>12</sup> A NOB-SUAS afirma que “para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que: 1) A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; 2) A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; 3) A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel nos cuidados, no sustento, na guarda e educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e pessoa com deficiência; e 4) O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade”.

---

<sup>10</sup> Cf. Iamamoto (2001; 2008), Netto (2001), Yazbek (2001), Pereira (2001) e Pastorini (2007).

<sup>11</sup> Foge ao escopo desse trabalho uma discussão aprofundada sobre o PBF. Nosso olhar, na verdade, busca se aproximar dos sujeitos que são usuários dessa política. Contudo, para aprofundar o debate em relação ao programa, cf. por exemplo, Senna et al (2007) e Monnerat et al (2007), entre outros.

tencial de impactar as condições de vida da população pobre. Em princípio, devemos dizer que concordamos com o fato de as mulheres serem tomadas como representantes preferenciais do benefício. Isso reflete o reconhecimento do papel e da importância das mulheres na gestão das famílias. No entanto, ao mesmo tempo em que a valorizam, centralizando nela as suas ações, essas políticas correm o risco de responsabilizar essas famílias – especialmente as mulheres – pelo sucesso e efetividade daquelas<sup>13</sup> e ainda torna os homens pobres invisíveis nos atendimentos da assistência social (BARBOSA, 2011). A questão é que a matricialidade termina por reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável na família, afirmando assim uma centralidade não apenas na família, mas uma centralidade na mulher-mãe (CARLOTO, 2006).

Quando falamos de famílias brasileiras, é importante não esquecer as particularidades desse país – como seu passado escravista e a forte tendência das famílias a recorrerem a redes sociais de proteção. Freitas et al. (2010) afirmam que é impossível pensar em famílias brasileiras sem atentar para a importância das redes sociais, como a circulação de crianças (FONSECA, 2002), redes de solidariedade (FREITAS, 2002) e maternidades transferidas (COSTA, 2002).

Freitas (2002) afirma que pensar em famílias significa pensar uma realidade em

constante transformação. Seguindo uma tendência internacional, as famílias brasileiras também se modificaram. As coabitações aumentaram, assim como também aumentaram as separações e as novas uniões. A composição das famílias se modificou, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres. O controle da fecundidade também foi uma das principais características responsáveis pela queda no tamanho das famílias. Na verdade, os diversos modelos *convivem* (embora em cada época histórica um seja mais hegemônico estatisticamente, mas também *simbolicamente*) e entender essa lógica é de suma importância para os profissionais que lidam diretamente com as políticas sociais que priorizam as mulheres em sua lógica.

Os estudos em torno das relações de gênero<sup>14</sup> têm adquirido extrema relevância na sociedade contemporânea e colaborado para as análises no campo das desigualdades existentes entre o mundo público e o mundo privado. A “novidade” trazida por esse conceito é o entendimento de que as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente, ou seja, não são naturais. Por outro lado, gênero também pressupõe o entendimento de que essas relações são relações de poder. A importância de se trabalhar com esse conceito é também a possibilidade de nos aproximarmos de outras dimensões, como raça/etnia, classe social,

---

<sup>13</sup> Cf., por exemplo, Suárez e Libardoni (2007) ou Carloto (2006).

---

<sup>14</sup> Cf. Louro (1996 e 2008) e o seminal texto de Joan Scott (1991).

e geração, dada a transversalidade que este possibilita.

Concomitantemente a esse processo, Freitas (2002) ratifica o crescente interesse pela questão da família (que tem repercussão direta na questão do gênero) nos tempos atuais, e as mudanças internas que esta vem sofrendo. Lena Lavinas (2006) alerta para o fato de que se as mulheres mudaram, e também as famílias, o que não parece ter mudado é este compromisso e responsabilidade que têm as mulheres para com crianças e os idosos – enfim, para com a esfera familiar – independentemente do tipo de família em que se encontrem inseridas. Isto gera uma evidente sobrecarga, pois elas passam a assumir, muitas vezes sozinhas, grande parte das responsabilidades, quando pessoas de referência da família; ou comprometem suas chances de crescimento profissional, quando cônjuges.

Dessa forma, trabalhar com o conceito de gênero – que é um conceito relacional – leva-nos, necessariamente, a realizar uma análise de como se dá a relação entre homens e mulheres dentro desta perspectiva de família beneficiária de um Programa de Transferência de Renda – inversão, divisão ou sobrecarga de posturas? Houve modificações nos posicionamentos? O recurso às redes sociais próximas ainda continua sendo uma estratégia acessada pelas mulheres em seu cotidiano? Essas são algumas das questões que tentamos refletir na segunda parte desse escrito tendo como referência as discussões ocorridas no interior de

nossos grupos de estudos e que vem gerando diversas monografias<sup>15</sup>.

### **A contradição dos benefícios e as relações de gênero – apontamentos**

Barros (2012) e Silva (2012) trazem interessantes reflexões ao estudarem mulheres beneficiárias do PBF. Barros pesquisa o mundo urbano, enquanto Silva nos dá uma dimensão do mundo rural. Em ambos os trabalhos, as mulheres quando questionadas sobre quem retira o benefício todo mês afirmam, em sua grande maioria, serem elas mesmas. Isso pode indicar uma forma de emancipação por parte dessas mulheres ao gerir o benefício recebido. Contudo, é comum relacionarem essa prática com maternidade exercida por elas (“Eu que tiro porque eu que sou a mãe dos meninos”). É a maternidade que termina atuando como elemento legitimador desse papel. Essa identidade centrada na figura materna é afirmada pelas beneficiárias em vários momentos nas entrevistas realizadas – identidade esta que é enfatizada pelo próprio Programa.

A maternidade aparece enquanto justificativa para uma melhor decisão ou aplicação do benefício e a visão deste enquanto um dinheiro que deve ser destinado exclusivamente para o atendimento de necessidades das crianças: “porque eu que sou a mãe então eu que tenho que decidir isso, né?”. Como não perceber

---

<sup>15</sup> Cf, Barbosa (2011). Barros (2012), Ceccato (2011), Duarte (2009), Mesquita (2011), entre outras.

nessa fala a centralidade que a maternidade adquiriu em nossa sociedade e que é enfatizada como o sentido da vida para as mulheres? Um cotidiano de gênero as leva a ver com grande naturalidade essas questões: elas “merecem” o PBF porque são mães e as mães sabem do quê os filhos necessitam e têm a “abnegação” de utilizar o dinheiro apenas em prol destes. A visão sacralizada da maternidade aparece com toda força argumentativa. Não é a toa que se ouve muitas críticas – seja das beneficiárias, seja das profissionais que as atendem – quando uma mulher utiliza o benefício para outras finalidades.

A maioria dessas mulheres responde que quando elas não podem, são outras mulheres (filhas ou avós) que retiram o benefício – demonstrando o modo como as redes envolvendo parentes continuam presentes. No que diz respeito às avós, vários estudos apontam o modo como estas, historicamente, estiveram presentes na proteção a filhos e netos<sup>16</sup>. Isso nos levou a pensar: seria o PBF “coisa de mulher”, “coisa de mãe”? Será que é isso que explica o baixo valor do benefício? Será por isso que os homens permanecem invisíveis, longe dessas questões?

Se elas retiram o benefício também é delas a decisão de como gastá-lo (BARROS, 2012). Isto pode gerar certo poder à mulher – não um poder que provoque grandes mudanças nas relações de gênero ou traga maior independência, mas

traz a experiência de decidir sobre o destino deste dinheiro<sup>17</sup> que é, em sua grande maioria, utilizado na compra de material escolar, roupas e sapatos para os filhos, bem como alimentos e utensílios para casa, além de – em menor proporção – pagarem contas de água, luz e gás. Vemos em Silva (2012) que o dinheiro é utilizado de forma bem similar com as beneficiárias rurais que entrevistou. No entanto, ambas enfatizam que, contraditoriamente, o recebimento do benefício termina fortalecendo o papel de mulher como mãe e cuidadora e responsável pelos cuidados da casa, uma vez que as tarefas domésticas continuam sendo executadas por elas próprias. Ou seja, o programa não parece trazer mudanças significativas nos cotidianos de gênero.

No entanto, é importante destacar alguns aspectos contraditórios. Se programas como o PBF acabam por reforçar a tradicional associação da mulher com a maternidade e com as tarefas pertencentes à esfera reprodutiva, por outro lado possibilitam a estas mulheres uma entrada e um reconhecimento maior no mundo público. Além disso, estes mesmos paradigmas que sustentam o foco das políticas nas mulheres e crianças, não inserem o homem nesta perspectiva. Essa invisibilidade masculina demonstra que, pelo menos no que tange às políticas assistenciais, há uma clara demarcação que enfoca o papel feminino. Uma vez que gênero pressupõe necessariamente uma di-

<sup>16</sup> Cf., por exemplo, o recente estudo de Souza (2012).

<sup>17</sup> Uma pesquisa interessante seria analisar se esse “poder decisório” é algo recente, pós-benefício, ou se, ao contrário, na verdade, retrata uma partilha de poder pré-existente.

menção relacional – portanto envolvendo mulheres e homens –, pode-se notar que essa dimensão não aparece priorizada em tais políticas. O que podemos inferir é que não há a intenção destas em focar nessas relações, ou muito menos de alterá-las. Podemos dizer que em vez de um olhar de gênero sobre as políticas, o que assistimos é um olhar *generificado* atuando sobre as políticas ao definir o que é “coisa” de mulher ou do homem.

Barros (2012) buscou captar o papel do companheiro/marido em relação ao recebimento do benefício pelas mulheres, tentando identificar qual seria a atuação dos homens. As respostas novamente revelaram uma ausência quase que total destes no que diz respeito ao programa: “Ele nem liga não. Não é dele, praticamente é das crianças, aí ele não interfere em nada não” é o que nos diz uma de suas entrevistadas (grifos nossos). As mulheres apontam a não interferência do homem no que tange a questões relativas ao Programa e ao benefício como algo quase natural, devido ao fato de o dinheiro ser “das crianças” – e portanto, da responsabilidade *delas*. E como tudo o que se relaciona ao cuidado com as crianças da família é delegado à responsabilidade da mulher, o homem, mesmo fazendo parte da família, acaba não ocupando papel nenhum nesta situação. Em nosso cotidiano junto aos alunos de graduação e pós-graduação não é difícil ouvirmos relatos de usuárias que afirmam que recebem o benefício e os companheiros não sabem o valor – alguns companheiros não sabem nem mesmo que elas recebem o benefício. De novo, contradi-

toriamente, o benefício transforma-se numa estratégia importante ao possibilitar um “dinheirinho” extra que fica em suas mãos. É interessante notar que a invisibilidade do homem no que concerne às questões relativas ao PBF acaba confirmando o caráter de gênero que marca essas políticas. De acordo com Carloto (2006), o foco desses programas e políticas seria de fato as mulheres, e não a família, como afirmam os documentos oficiais. Entretanto, isso não seria dito explicitamente, pois revelaria o caráter ideológico de tais políticas.

Outro aspecto importante é o reconhecimento por parte das beneficiárias do baixo valor monetário do benefício, que não corresponde às necessidades da família (ou da criança). Ao mesmo tempo, podemos observar em algumas falas que, apesar do reconhecimento deste baixo valor, o benefício pode representar uma “segurança” em alguns momentos de vulnerabilidade vivenciados pela família, ou mais especificamente nesse caso, pela mulher, como em casos de separação ou desemprego do companheiro e dela mesma. Essa mesma fala aparece em Silva (2012), mostrando que no campo, principalmente no período entre safras, o recebimento do benefício, por menor que seja, traz consequências positivas na vida das famílias envolvidas: segundo uma de suas entrevistadas, ela possui conta no mercadinho local durante o ano e paga apenas em maio, quando recebe o dinheiro da *panha* do café – é com o dinhei-

ro do Bolsa Família que sobrevive durante o resto do ano<sup>18</sup>.

Ao se discutir a divisão do trabalho em casa, nota-se que o homem já aparece nos relatos tanto em Barros (2012) como em Silva (2012). Contudo, prevalece a ênfase do papel feminino na condução das atividades do lar. A fala é que “cada um faz um pouquinho”. Ele (o marido) é visto como aquele que “ajuda bastante”, mas que é um trabalho “suplementar”. Curiosamente, é o mesmo raciocínio que preside a visão do trabalho da mulher como uma “ajuda”, portanto menos valorizado que o do homem. Interessante é a fala de uma entrevistada que diz que ela (mulher) ficaria com o que chama de “partes pesadas” (roupa, comida, arrumação “mesmo” da casa) e ele, o marido (o homem) com a parte “leve”, ou seja, ajudar a fazer comida, arrumar um quarto, etc.

Segundo Barros (2012), Pierre Bourdieu (1999) é um autor que enfatiza que os esquemas de dominação se utilizam de oposições entre adjetivos considerados “naturais” e que embasam as relações de dominação; por exemplo, o sistema dos adjetivos cardeais – elevado/baixo, direito/torto, rígido/flexível – como forma de enfatizar o antagonismo construído acerca de características masculinas e femininas. Neste tipo de classificação, as tarefas das mulheres têm menor valor do que as dos homens. A estes, pela sua for-

<sup>18</sup> O que trazemos aqui é um pequeno estudo de caso de beneficiárias do Sul de Minas. Mas esse é um tema (PBF e mundo rural) que demanda mais estudos, principalmente se pensarmos na dimensão continental de nosso país.

ça e inteligência (a tão enfatizada “razão masculina”) caberiam as tarefas de maior valor. Por isso, o pesado é atribuído ao homem, ficando as mulheres, mais frágeis, com o que seria mais leve. A partir dessas considerações, quando pensamos na fala da entrevistada acima, é curioso notar que seu relato aponta a ocorrência do contrário. As atividades “leves”, que seriam atribuídas às mulheres, de acordo com os princípios da dominação apontados por Bourdieu (1999), são repassadas por ela ao marido, enquanto a mesma se atribuiu as tarefas “pesadas” da casa. Há uma inversão interessante de ser problematizada.

Este último relato também merece comentários. Embora a beneficiária tenha afirmado que tanto ela quanto seu marido trabalham, quando esta se refere à realização das tarefas domésticas, deixa claro que é ela quem as realiza nos finais de semana. Também destaca a ajuda da mãe no que tange ao cuidado da casa e do filho. Ou seja, podemos perceber que mais uma vez o papel feminino é enfatizado como aquele que primordialmente deve realizar tais tarefas<sup>19</sup>. Alguns relatos

<sup>19</sup> Interessante também é o estudo de Carvalho (2012) que ao analisar o cotidiano de mulheres vinculadas à agricultura familiar traz um raciocínio muito próximo a este. Na fala da maioria das mulheres entrevistadas, os homens aparecem como aqueles que trabalham no campo, principalmente na “panha do café” (o que ocorre num período específico do ano). As mulheres trabalham em casa e quando chega o momento da panha também trabalham nesta, mostrando que dividem o trabalho no campo com os homens, mas estes não dividem o trabalho em casa com elas.

apontam também a dificuldade de conciliar o trabalho e as tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos e com a casa, o que nos remete a pensar na importância de se construir políticas que possam de fato atender às demandas femininas, como é o caso das jornadas de trabalho mais flexíveis, tanto para homens quanto para as mulheres, para que ambos possam responder às demandas da casa, da família, etc.

Barros (2012) e Silva (2012) buscaram identificar se, a partir da entrada no Programa, houve algum tipo de modificação na relação dessas mulheres com seus companheiros, familiares ou vizinhos; e até consigo mesmas, ou seja, na visão que têm de si mesmas. No que diz respeito a mudanças no relacionamento com seus companheiros/maridos e familiares, todas as beneficiárias afirmaram não ter ocorrido nenhum tipo de mudança nessas relações. Segundo Barros: “Nesse sentido, receber ou não o benefício, participar ou não do Programa, são questões que parecem não surtir mesmo nenhum tipo de efeito nos relacionamentos entre essas mulheres e seus companheiros (ou maridos) e familiares” (2012, p. 102). Ou seja, vemos que a inserção no Programa não influenciou positivamente nessa questão do ponto de vista delas<sup>20</sup>. Pelo contrário, é possível perceber através das respostas apresentadas no decorrer da pesquisa, que a promoção da autonomia, por exemplo, preconizada pela política de Assistência e pelo próprio PBF, não encontra compatibilidade com estraté-

gias que acabam reforçando a associação entre mulher e maternidade. Contudo, não se pode esquecer que todas afirmam serem elas as responsáveis pela decisão de como gastar o dinheiro. A partir disso, será que poderíamos nos perguntar, então, se, contraditoriamente, essa responsabilidade não pode vir, em longo prazo, a se transformar numa estratégia efetiva de construção de uma autonomia ainda que relativa?

Em relação aos cursos/atividades oferecidos pelo Programa (mais conhecidos como cursos de Inclusão Produtiva), Barros (2012) conclui que a maioria das entrevistadas desconhecia a existência de cursos ou atividades oferecidos a partir do PBF (e quando existem, são voltados para atividades que reforçam os papéis de gênero). Já na pesquisa de Silva (2012), o PBF local não contava efetivamente com nenhum curso a ser oferecido para essas mulheres. Esse fator é imprescindível de análise, pois demonstra, em alguns casos, a ausência de ações efetivas, por parte das políticas e das instituições, que proporcionem a preparação destas para o mercado de trabalho, e que possam, juntamente com o acesso a bens e serviços, promover esta tão preconizada autonomia – podemos lembrar aqui a fala de Virgínia Wolff: toda mulher necessita para sua emancipação de pelo menos um quarto (um lugar para si) e uma renda (que, se não garante a emancipação, ao menos contribui e muito na aquisição desta).

Pensemos um pouco nas relações familiares. Chama atenção no texto de Barros

---

<sup>20</sup> Conclusão a que Silva (2012) também chegou.

(2012), Silva (2012) e Mesquita (2011) a forma como aparece nas falas das mulheres certa “privatização” das questões. A fala de que resolvemos “nós mesmos” nossos problemas (um nós que parece envolver o companheiro e a família próxima, principalmente a avó), e o pouco contato com a rede próxima de proteção social (como os vizinhos) nos fez refletir sobre até que ponto as transformações da intimidade apontadas por Giddens (1991) se implantaram em nossa sociedade de tal forma que as redes de sociabilidade podem ter se tornado mais “curtas”. O autor associa esta transformação na vida cotidiana às tendências da modernidade, acarretando mudanças nos comportamentos e nas relações cujo resultado é que “há uma volta para dentro, para a subjetividade humana, e o significado e a estabilidade são buscados no eu interior” (GIDDENS, 1991, p. 104). O que percebemos nesses trabalhos é uma fala que apresenta a busca de uma rede de solidariedade composta basicamente de familiares – o que pode demonstrar uma mudança no perfil das famílias brasileiras.

Fazendo contraponto com essas pesquisas, vale destacar o trabalho de Ceccatto (2011) que teve como objetivo conhecer a organização dos arranjos familiares dentro de uma comunidade pobre (a Comunidade do Preventório), também em Niterói e como estes se utilizavam – ou não – de redes de apoio e formas de sociabilidade primária ou secundária. É claro que não podemos generalizar as reflexões deste trabalho (bastante localizado), mas este, na sua especificidade, nos aju-

da a pensar. Pode-se perceber efetivamente a permanência de estratégias de recurso a essas dinâmicas, ou seja, as crianças efetivamente “circulam” e as redes de proteção primária próximas são a todo momento mobilizadas. Mas é importante conhecer que, desde o seu surgimento, esta comunidade foi criada por pessoas da mesma família ou próximas a ela. A rede de afins (WOORTMAM, 1987) é grande – ampliada ainda mais pelos processos de apadrinhamento. Ao relatar o cotidiano de seu campo de estágio (uma ONG), Ceccatto nos dizia que “todo mundo lá parece ter parentesco um com o outro”.

A autora constatou o predomínio das famílias monoparentais femininas. Os sujeitos da pesquisa foram as famílias atendidas pela ONG, o que talvez ajude a compreender essa prevalência, pois estas se encontram entre as mais vulneráveis. As redes de apoio (primárias e secundárias) e as “dinâmicas alternativas” são muito utilizadas, especialmente no que se refere à proteção próxima: os vizinhos e os parentes se tornam figuras fundamentais no processo de sobrevivência destas famílias. Percebe-se a existência de laços formando uma rede de solidariedade sólida e consistente, ainda que nem sempre harmônica.

Contudo, se o recurso às redes primárias se faz presente, o mesmo não se pode dizer das redes secundárias. A autora relata uma grande ausência do Estado nas políticas de proteção social e no dia-a-dia dessas famílias: “Nas entrevistas percebemos a quase inexistência de me-

canismos de proteção social secundária, como as dificuldades das creches e das escolas municipais e estaduais” (CEC-CATTO, 2011, p. 45). A proteção primária está presente na construção das redes que essas famílias tecem: “Basta ver que em praticamente todas aparece alguma menção ao apoio recebido por familiares (principalmente mães/avós) e vizinhos. Na falta dessa rede, as condições terminam por se fazer mais difíceis para essas mulheres” (id.ibid.).

É recorrente em todos os trabalhos a constante presença das mulheres como articuladoras dessas redes. É bom destacar que, ao falar das estratégias secundárias, as mais citadas foram os programas de transferência de renda (especialmente o PBF) – e a ONG onde se realizou a pesquisa, é claro. A autora destaca também que, curiosamente, o PAC<sup>21</sup> aparece em quase todas as falas, uma vez que é o local de residência de muitas dessas mulheres, mas nenhuma se refere a ele enquanto um programa federal.

Já no estudo de Barros – e no de Silva e Carvalho –, tanto no que se refere a parentes mais distantes quanto a vizinhos, as mulheres entrevistadas demonstraram não haver formação de redes concretas de sociabilidade nesse sentido. Esse fator é significativo se considerarmos a formação de redes no universo das famílias mais pobres como uma prática a que estas recorrem com frequência em virtude das dificuldades vivenciadas cotidianamente

(SARTI, 2003). Não podemos afirmar a não importância das redes atualmente para o cotidiano das mulheres – e suas famílias; o que aparece como digno de ressalva é que, *para estas* mulheres entrevistadas, essas redes parecem ter diminuído de importância – ou pelo menos mudaram de configuração ao abarcar principalmente os parentes e menos os vizinhos<sup>22</sup>. Percebemos a mesma lógica no estudo de Souza (2012), ao estudar famílias e redes em Natal. O número de trabalhos ainda é pequeno, mas consideramos uma análise digna de estudos posteriores, pois é um fenômeno que trará impactos na conformação dos padrões de proteção social – e que pode significar uma demanda maior pela rede de proteção secundária, uma vez que a rede próxima parece estar se encurtando.

### **Tentando concluir...**

Nosso objetivo nesse texto foi propor um debate sobre as políticas públicas sociais atuais em estreita vinculação com a família, especialmente as famílias pobres. Entendemos que as políticas públicas para mulheres pobres deveriam ser de combate à pobreza – uma pobreza que envolve não apenas renda, mas também acesso a serviços. Entretanto, estas deveriam ser, igualmente, políticas de gênero comprometidas com a luta pela igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens.

---

<sup>21</sup> Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, criado pelo governo federal.

---

<sup>22</sup> A violência do mundo atual pode ser um elemento explicador para esse fenômeno, bem como o exôdo vivido pelas famílias que também circulam.

As falas aqui trazidas nos trazem questões que merecem ser aprofundadas em relação ao PBF. Se este por um lado reforça os papéis de gênero, possui também uma dimensão contraditória digna de ser ressaltada, pois efetivamente coloca a mulher como a principal “gestora” desse dinheiro.

A análise ainda preliminar que iniciamos aponta algumas mudanças no perfil das famílias. Os textos que trabalhamos são estudos locais e como tais, não têm pretensões generalizantes, mas se constituem importantes “pistas” de por onde podemos seguir. Precisamos conhecer melhor essas famílias que chegam aos nossos plantões e que não são reflexos da nossa. Assistimos a mudanças nos padrões culturais? O que desejam? Como escutá-las ao invés de tentar falar por elas? Nossa atuação precisa estar atenta para o que nossas usuárias verbalizam – e isso nem sempre é uma tarefa fácil

Podemos permanecer na certeza de que estas pessoas estão simplesmente alienadas e nós estamos ali para dizer o certo, mostrando a ‘verdade’. Mas podemos, também, e sempre questionamos isso junto aos nossos alunos e orientandos, *partir do pressuposto de que essas pessoas são também sujeitos que possuem um saber, interesses e perspectivas que precisam ser respeitadas – ainda que não concordemos com elas* (FREITAS et al., 2010, p, 37 – grifos nossos).

Em Freitas et al. (2010), ouvimos vários relatos de profissionais questionando o valor e a eficácia do benefício; mas, contraditoriamente, ouvimos também desses profissionais reclamações acerca das usuárias que não gastam com o que efeti-

vamente “deveriam gastar”, ou seja, com aquilo que *nós*, técnicos, achamos correto – normalmente, comida ou material para estudo. Um julgamento moral nunca está completamente distante de nosso dia-a-dia. Acreditamos que esse conjunto de questões demanda um esforço de atualização e a construção de uma agenda de investigações dentro do Serviço Social, essencial ao desenvolvimento de uma prática teórico-metodológica e politicamente comprometida com os usuários de nossos serviços.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Daguimar de Oliveira. **Masculinidades na Assistência:** homens e política social. Projeto de Mestrado/Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, Niterói, 2011.

BARROS, Lia Canejo Diniz. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Bafu.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina,** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 86, 2006.

CARVALHO, Débora Jucely de. **O empoderamento da mulher na agricultura**

- familiar da cidade de Carvalhópolis-MG.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CECCATTO, Vanessa Luíze Machado. **Famílias e redes:** estratégias na Comunidade do Preventório. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.
- COSTA, Suely. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2002.
- COSTA, Suely. **Signos em transformação:** a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995.
- DUARTE, Aline de Oliveira. **Hoje sou pai e mãe para eles:** um estudo sobre famílias monoparentais masculinas atendidas no CRAS II - Paiol no Município de Nilópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.
- FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos et al. **Famílias e Serviço Social:** algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (Org.). **Família & Famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, 2002.
- GALEANO, Eduardo. **Mulheres.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **Transformações na intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. **Revista Temporalis**, ano 2, n.3, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

- LAVINAS, Lena. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M. T. et al. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MESQUITA, Adriana de Andrade. **Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise**. Projeto de Qualificação. Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, Desenvolvimento e Estratégia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (Org.). **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Lumen Juris, 2010.
- MONNERAT, Giselle Lavinias et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232007000600008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000600008)>.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, 2001.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PEREIRA, Potyara A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, 2001.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário et al. (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SARTI, Cynthia. A família como universo moral. In: SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Trad. de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife: SOS Corpo, 1991.
- SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.86-94, jan./jun. 2007. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10.pdf>>.

SILVA, Ana Paula B. da. **Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado-MG**. 2012. Dissertação (mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

SOUZA, Ilka de Lima. **Mulheres e organização de redes sociais de apoio em famílias de camadas populares em Natal-RN: famílias, igreja e Estado**. 2012. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados**, Volume II: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília, DF: MED/SAGI, 2007.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, 2001.